



A Presença Militar Brasileira na Amazônia como Fator de Dissuasão*

Luiz Fernando Azevedo Garrido**

Resumo de monografia elaborada, pelo autor, como exigência curricular para a obtenção de diploma do Curso de Altos Estudos Militares.

Caracteriza diferentes aspectos do cenário amazônico atual que constituem ameaças à Segurança Nacional e defende a essencialidade do Projeto Calha Norte, do SIPAM e do SIVAM para a garantia da Soberania Nacional sobre a área.

Desde que os europeus, há mais de quatrocentos anos, começaram a descobrir a Amazônia, a explorá-la e, mais tarde, povoá-la, o mundo tomou conhecimento, através dos mais variados relatos, dessa misteriosa e vasta extensão de águas e

matas que se esparramam por uma superfície de quase 6 milhões de km².

Para muitos cientistas e aventureiros do século passado, a Amazônia era uma espécie de terra encantada, com uma multiplicidade biológica e de riquezas naturais incomparáveis no mundo todo.

Nas três décadas passadas, a civilização tecno-industrial dos nossos tempos iniciou a conquista da Amazônia a seu modo: começou-se a desmatar a floresta, para transformá-

**** Major do Exército.**

* Selecionado pelo PADECEME.

la em áreas de plantio; investiu-se muito dinheiro na implementação dos sistemas de transportes fluvial, terrestre e aéreo; promoveram-se esforços, tanto para o combate de endemias, quanto a melhoria da qualidade de vida da população. Entretanto, o propósito original de fazer da Amazônia o "paraíso da Terra", uma próspera região agrícola, com comunidades que progredissem e uma população feliz, é, atualmente, quase inatingível. Pelo contrário, há um perigo premente de que esse último reduto da natureza, praticamente intocado, seja destruído em poucos anos ou décadas, pela moderna civilização.

"A Amazônia vive, hoje, sérios problemas que poderão, num futuro próximo, vir a gerar complicadores para a efetiva concretização dos Objetivos Nacionais Permanentes."

O Brasil é detentor da maior parte da região amazônica. Essa área tão vasta, entretanto, contém a menor densidade populacional do País, o que a torna particularmente sensível às inúmeras injunções do campo internacional.

Sua importância geopolítica e a gama de recursos naturais que possui, cedo atrairiam a atenção e incentivariam a cobiça de potências estranhas à ela. As tentativas de influência e domínio têm sido sucessivas e realizadas a intervalos cada vez menores, ao longo da História.

Porém, a despeito do fascínio que sempre exerceu, a Amazônia viu-se, historicamente, preterida no esforço de desenvolvimento do País. Assim, por longo tempo, o ade-

quado equacionamento de seus problemas e à correta avaliação de seus recursos não encontrariam um eficiente tratamento na esfera governamental.

Como conciliar desenvolvimento e conservação ambiental? Eis, ao que parece, o maior desafio para os brasileiros no limiar do Terceiro Milênio.

A preservação do meio ambiente tornou-se, nos últimos tempos, uma questão crucial no relacionamento internacional. A dinâmica dos meios de informação faz com que o homem médio dos países desenvolvidos tome ciência, quase simultaneamente, dos acontecimentos ocorridos no âmago da floresta amazônica, sejam os relacionados às questões indígenas ou os que se referem à preservação do ecossistema.

A expectativa criada pela mídia internacional gera um clima emocional que interfere na correta análise do tema, muitas vezes sem base científica comprovada.

Na atualidade, poderosos interesses e pressões, nem sempre confessáveis, movem-se no plano internacional. Organizações e governos estrangeiros constantemente manifestam-se, mesmo que veladamente, contra a política brasileira para o desenvolvimento da região e para a preservação do meio ambiente amazônico.

Não completamente integrada ao restante do território nacional e sob forte pressão externa, a Amazônia vive, hoje, sérios problemas que poderão, num futuro próximo, vir a gerar complicadores para a efetiva concretização dos Objetivos Nacionais Permanentes.

Esses óbices, em essência, constituem-se em ameaças à região, o que tem atraído a atenção governamental e, particularmente, das Forças Armadas.

Assim, questões como a do narcotráfico aliado à guerrilha e a dos conflitos de índios com garimpeiros, além das próprias características naturais da região — com 11.500 km de fronteiras a vigiar —, tornam a Amazônia uma área instável e altamente vulnerável.

Que medidas deverão ser tomadas para salvaguardar os interesses e a soberania nacional na região amazônica? O Brasil deverá renunciar às suas pretensões de desenvolvimento e de integração da Amazônia ao restante do País? O que há de real no interesse internacional pela região? Minerais estratégicos ou a simples defesa da ecologia e de grupos indígenas?

Essas e outras indagações talvez só possam ser respondidas a longo prazo. Porém, de imediato, é imperativo que a ação governamental se faça presente em toda a área, a fim de levar a todos os pontos do território nacional a afirmação da soberania da Nação brasileira.

AS TENTATIVAS INTERNACIONAIS DE INGERÊNCIA

O interesse internacional pela Amazônia remonta ao século XVII, quando ingleses, franceses e holandeses tentaram dominar a foz do Rio Amazonas, o que viria lhes proporcionar amplo acesso ao interior da hiléia. Essas tentativas, porém, seriam frustradas pela ação arrojada de portugueses e brasileiros.

De lá para cá, vêm sendo assinaladas sucessivas tentativas externas de ingerência na área.

Por constituir uma região dissociada do território nacional e, ainda, por não ter a fai-

xa de fronteira suficientemente vivificada, a Amazônia brasileira, ao longo dos séculos, tem despertado o interesse estrangeiro sob várias formas.

No século passado ocorreu a primeira tentativa de ingerência, durante a Guerra dos Cabanos (1835–1840), quando Inglaterra, França e EUA propuseram, aos revoltosos, a separação da Amazônia do restante do Império, sob o pretexto de protegerem a região e seus habitantes.

Em 1849, o chefe do Observatório Naval de Washington, Mathew Maury, publicou um artigo em que desenvolveu a teoria segundo a qual o Golfo do México e a Amazônia faziam parte de um único complexo geográfico e, conseqüentemente, o Rio Amazonas seria uma extensão do Rio Mississippi. Com base nessa teoria, mais tarde seria proposta a criação da República Amazônica, a fim de acolher os negros americanos recém-libertados.

Na década de 1850, os norte-americanos, aproveitando-se do fato de estar o Brasil envolvido nas questões do Prata, e almejando a exploração da região por empresas multinacionais, pressionaram o Governo brasileiro, com o intuito de obterem a livre navegação da Bacia Amazônica. Para isso, alegaram que a política brasileira para a área, mantendo ali um estreito controle de trânsito, trazia prejuízos para a própria região, bem como para os interesses de outras nações, impedidas de desenvolver o livre comércio.

Reagindo às pressões diplomáticas, o Imperador D. Pedro II elevou a Amazônia à condição de província, estimulando a criação de uma companhia de navegação fluvial para a utilização de seus rios e, finalmente, abrindo a Bacia Amazônica à navegação internacional.

No final do século, foi criado, em Nova York, o *Bolivian Syndicate*. Com capitais ingleses, alemães e estadunidenses, tal empresa viria a negociar com a Bolívia um contrato para ocupar a região que é hoje o Estado do Acre, e que foi objetivo de litígio entre o Brasil e aquele país, desde 1867.

Outra tentativa de ingerência internacional ocorreu na última metade do século passado, a pretexto de redistribuir a população mundial. Tratava-se de um plano japonês, pelo qual a Amazônia receberia os excedentes populacionais do mundo.

Já neste século, em 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) planejou a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, cujo objetivo era a desapropriação da Amazônia. Concedia atribuições executivas a uma entidade internacional, criava imunidade para pessoas e bens, e retirava toda e qualquer jurisdição territorial do Brasil. A iniciativa agradou a tal ponto as nações estrangeiras, que as autoridades brasileiras no exterior passaram a ser inquiridas sobre as áreas que os países interessados poderiam dispor para a "exploração comercial e colonização".

Nos anos 60, o Instituto Hudson, norte-americano, elaborou o Projeto dos Grandes Lagos, ou Plano do Mar Mediterrâneo Amazônico, que previa a construção de sete grandes lagos na Amazônia. Esses lagos serviriam de ligação entre as bacias dos rios e lhes melhorariam o potencial de navegação, promovendo um grande número de subprodutos estimuladores do desenvolvimento regional. O projeto consistia, ainda, na ligação das três maiores bacias do Subcontinente Sul-americano — Orenoco, Amazonas e Paraguai —, inundando uma área aproximada de 1/4 da Amazônia, o que permitiria uma navegação em larga escala e integraria cinco países.

Mais recentemente, o Governo francês propôs criar uma estrutura supranacional de defesa do meio ambiente que, apoiada na estranha tese da "soberania compartilhada", teria o direito de intervir em assuntos internos brasileiros.

Existiu, ainda, a conhecida atuação do Conselho Mundial de Igrejas Cristãs, que em suas diretrizes afirmou, de modo categórico, que "a Amazônia constituiu-se patrimônio de humanidade, e não, patrimônio dos países cujos territórios, pretensamente, dizem lhes pertencer".

Os interesses estrangeiros, notadamente dos países do chamado Primeiro Mundo, seguidamente transvestiram-se, através de pressões, para criação de parques indígenas multinacionais, por intermédio de órgãos não governamentais (ONG). Manifestaram-se, também, através de boicotes propostos por parlamentares europeus junto à Comunidade Econômica Européia, visando a interromper o Projeto Carajás, em andamento desde a década de 80.

Em 1990, coube à Agência Espacial Norte-americana (NASA) lançar o Projeto "Amazônia Global — Missão do Planeta Terra", elaborado por 551 técnicos e 168 instituições. Dele participaram apenas dois cientistas brasileiros e o Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE). O Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas (INPA) nem foi consultado.

Outra forma de pressão, e bem-sucedida, foi exercida pela Igreja, através do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O setor internacional, mobilizado pelo Movimento dos Jovens Católicos da Áustria, pressionou o Governo Collor para que fosse criado o Parque Indígena Binacional (Brasil-Venezuela), a ser ocupado pelos

lanomâmis. Por sua importância no contexto da Segurança Nacional, esse assunto voltará a ser abordado posteriormente.

A NOVA ORDEM MUNDIAL

No âmbito internacional, a queda do Muro de Berlim, em 1989, caracterizou o fim da Guerra Fria, entrando o mundo em um processo de transição ainda hoje não definido. Rufram os valores que mantiveram o equilíbrio estratégico internacional desde o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e que vigoraram por 45 anos, caracterizados pelos conflitos ideológico, político, econômico e militar entre os Estados Unidos da América (EUA) e a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

O fim do sistema bipolar determinou profundas repercussões no quadro mundial, trazendo marcantes conseqüências que delimitariam um novo ordenamento internacional.

Os analistas estão preocupados com o novo panorama estratégico mundial que começa a se delinear. É o caso, por exemplo, do ex-secretário de defesa dos EUA e ex-presidente do Banco Mundial, Robert McNamara, que defende uma "nova ordem mundial" dirigida pelo grupo dos sete países mais desenvolvidos do mundo,¹ conhecido por G7. Esses países, pela influência que exercem, dominam as estruturas internacionais do poder político² e do poder econômico.³

Na "nova ordem mundial" de McNamara, os países desenvolvidos garantiriam a

paz e a segurança entre as nações. Para tal, seria utilizada, quando necessária, uma diplomacia de pressões políticas e econômicas, que, se fosse ineficaz, seria substituída, em última instância, pela ação militar realizada através da intervenção de uma força multinacional sob a tutela da ONU.

Já outros analistas europeus e norte-americanos vêm propondo a tese da *Pax Americana*, em que o poder bipolar, que assegurou o equilíbrio estratégico deste pós-guerra, está sendo substituído pelo poder hegemônico dos Estados Unidos, hoje os únicos possuidores de um arsenal estratégico sem rival.

No decurso das transformações e reavaliações que se processam nesse período de transição, a posição relativa de cada país no âmbito mundial também está em jogo.

O Brasil, no contexto do período bipolar, conduziu sua política externa em função de sua opção pelo Ocidente. Isso lhe conferiu um peso estratégico, representado pelo valor de suas alianças e pela participação nos organismos internacionais. Afora as pressões exógenas, nunca o Brasil se sentiu constrangido à tomada de uma posição contrária aos seus interesses.

Uma primeira análise da nova ordem mundial indica, aparentemente, para o Brasil, uma perda de capacidade de opção e, conseqüentemente, um enfraquecimento de seu peso estratégico, caso se confirmem os prognósticos de um poder hegemônico mundial ou de uma ordem comandada pelos países desenvolvidos.

O atual momento histórico pode ser descrito como de transição, motivando inú-

1. EUA, Canadá, França, Inglaterra, Alemanha, Itália e Japão.

2. ONU e Pactos Regionais.

3. Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Comunidade Econômica Européia.

meros ajustamentos no âmbito das relações internacionais. É óbvio que política, segurança e economia mantêm relações de mútua causalidade e interdependência. Afinal, foram as transformações no sistema produtivo que acabaram por levar a alterações profundas no mapa político mundial.

“A questão indígena é antiga e tem vinculação direta com a ocupação e a exploração da Amazônia.”

Com o novo entendimento entre os países desenvolvidos, diversas crises regionais passaram a ser resolvidas através de mecanismos multilaterais. O mesmo grau de consenso se formou em relação aos chamados “temas transnacionais” da agenda diplomática, tais como meio ambiente, direitos humanos, tráfico de drogas, migrações e a não-proliferação de armas nucleares.

Os temas transnacionais, contudo, como não poderia deixar de ser, trazem em seu bojo discussões acerca de suas conseqüências sobre o conceito de soberania, suscitando indagações sobre as responsabilidades que caberiam ao Estado ou à comunidade internacional. Assim, levanta-se o questionamento de como evitar as conotações de intervencionismo e de violação dos direitos soberanos de cada país. Além disso, argui-se até que ponto o diálogo e a cooperação nesses temas não significarão, para o Estado, abdicar de suas prerrogativas de soberania, impedindo que se multipliquem condicionantes cada vez mais abrangentes que, em nome da legitimidade do interesse internacional, seri-

am impostas aos países, particularmente aos do chamado Terceiro Mundo.

A QUESTÃO INDÍGENA

A questão indígena acompanha toda a história da formação e desenvolvimento da sociedade brasileira. Entretanto, não foi ainda incorporada de modo destacado às reflexões e debates em âmbito nacional. Deve-se isso, em parte, ao desconhecimento da importância da diversidade cultural como forte que estimula e enriquece as dinâmicas sociais e, principalmente, à resistência em se aceitar a convivência com sociedades diferentes.

A problemática da sobrevivência do índio remonta à descoberta do Brasil, em 1500, quando a população aproximava-se dos 5 milhões de silvícolas. De lá para cá, paulatinamente, eles foram sendo dizimados, seja por doenças contraídas pelo contato com o homem branco, seja por intermédio de perseguições e mortes.

Calcula-se, hoje, que existam no País cerca de 220 mil índios, distribuídos por 170 etnias, sendo a grande maioria já integrada à civilização. Na Região Amazônica, estima-se que viviam 176 mil indígenas.

Quanto ao aspecto relativo às reservas por eles ocupadas, segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) existem, no País, 279 áreas demarcadas, correspondendo a aproximadamente 36 mil hectares. Ainda restam 265 áreas à espera de demarcação, correspondendo a cerca de 46 mil hectares, o que totaliza o equivalente a 10% de todo o território brasileiro.

A questão indígena é antiga e tem vinculação direta com a ocupação e a exploração da Amazônia.

A descoberta de riquezas minerais em áreas até então inexploradas produziria, na região, problemas ecológicos, em função do desmatamento, da extinção da flora e da fauna, e também da poluição ambiental. Para as comunidades indígenas, as conseqüências seriam as doenças infecciosas e a eclosão de conflitos, decorrentes da invasão de suas terras. Aos contatos iniciais com a civilização, amistosos ou hostis, seguir-se-ia um processo continuado de deterioração em seu modo de vida, com aumento da dependência externa, privações crescentes e perda de terras.

A demarcação de reservas indígenas pelo Governo federal é um fator que vem agravando a situação existente na região, através da pressão exercida por diferentes interesses envolvidos no problema. De um lado, estão os indigenistas, os ecologistas e as entidades religiosas nacionais e estrangeiras, todos preocupados com a preservação das florestas e dos índios. Do outro lado, existem os políticos regionais, os garimpeiros, a população da área e os grandes proprietários de terras, todos preocupados com a exploração econômica e o conseqüente desenvolvimento regional. No centro, situam-se o Governo federal, procurando conciliar os múltiplos interesses e, particularmente, as Forças Armadas, preocupadas com a ingerência internacional e as possíveis ameaças à soberania.

No contexto da problemática indígena, a questão dos Ianomâmis é, sem dúvida, a mais preocupante. Os Ianomâmis nasceram em berço de ouro. De ouro, cassiterita e de outros minerais preciosos demais, no mundo dos brancos. Atrás do ouro, veio o garimpeiro e, com ele, as doenças que o *pajé* não conseguiu tratar: malária, pneumonia, tuberculose, doenças sexualmente transmissíveis e outras, que derrubaram o povo da floresta. A

doença mais grave é a malária. Sozinha, essa doença mata mais de 100 índios por ano. Malária e garimpo andam juntos. Em 1991, ano da demarcação da Reserva Ianomâmi, 57% dos índios examinados tinham malária. Com a retirada dos garimpeiros, em 1992, o índice caiu pela metade. Em abril de 1993, o índice cairia para somente 20%.

Os contatos decorrentes das comunidades indígenas e o mundo civilizado têm provocado sérios atritos, que colocam o Brasil em evidência no cenário internacional, sempre sob forma desfavorável e embaraçosa para o Governo.

No mundo desenvolvido, a imagem dos povos da floresta amazônica é a dos índios Ianomâmis, já que eles se constituem na comunidade indígena mais conhecida pelos conservacionistas, ecologistas e militantes da defesa das florestas. Com isso, esses índios adquiriram um valor simbólico.

Os povos do chamado Primeiro Mundo, preocupados com a preservação da Amazônia, que é o maior banco genético do planeta, olham a morte de um Ianomâmi com muito mais emoção que as rotineiras mortes ocorridas na Europa, nos conflitos étnicos na ex-Iugoslávia. Essa é uma realidade fabricada pela mídia internacional.

No entanto, apesar da notoriedade no exterior, a opinião pública brasileira pouco se interessa e, de modo geral, desconhece os Ianomâmis, como as demais nações indígenas.

A política nacional em relação aos índios não merece espaço regular nos meios de comunicação. A maioria dos políticos considera-a uma atividade exótica, desligada de suas preocupações. Em conseqüência, a sua formulação fica restrita aos grupos que sempre estiveram presentes na região, ou seja,

militares, funcionários do Governo, padres missionários, aventureiros e cientistas, estes com menor influência.

No âmbito externo, as pressões manifestam-se sob várias formas. Uma delas é através de organismos internacionais de crédito. Foi pressionado dessa maneira que o ex-presidente Fernando Collor, contrariando amplos setores nacionais, as Forças Armadas, o Congresso Nacional e os governos estaduais do Amazonas e de Roraima, atribuiu aos índios Ianomâmis uma reserva de 94 mil km² de terras, ou seja, uma área correspondente à de Portugal. Essa reserva, que é binacional, ocupa a parte leste de Roraima e o noroeste do Amazonas, na fronteira com a Venezuela, estendendo-se por mais 67 mil km² nesse país.

A criação da reserva não levou em conta as peculiaridades específicas das tribos Ianomâmis, já que os diversos grupos não mantêm compatibilidade tribal, sendo até mesmo rivais entre si.

Uma mudança importante na estratégia da questão indígena foi introduzida nos textos constitucionais de 1967 e 1968, que estabeleceram a incorporação dos territórios indígenas ao patrimônio da União. A regulamentação da legislação sobre os índios foi estruturada no Estatuto do Índio (Lei 6.001/73), onde ficou estabelecido o prazo de 5 anos para a demarcação das terras.

Com a elaboração da Constituição Federal de 1988, os direitos dos índios não só foram preservados, como se ampliaram, suscitando inúmeros questionamentos sobre o aspecto legal, merecendo por isso uma análise mais detalhada.

Pela Constituição Federal, os silvícolas não são mais do que "ocupantes", e seus direitos se limitam ao usufruto. As terras são propriedade da União, nos termos do Art 20, inciso XI.⁴

A condição *sine qua non* é que a ocupação seja tradicional, imemorial. Esse dispositivo, portanto, dá a definição de "terras tradicionais ocupadas pelos índios" como sendo aquelas por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas no desenvolvimento de atividades produtivas; e as essenciais à preservação dos recursos ambientais necessários ao bem-estar e à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Assim, ao definir o que são "terras tradicionalmente ocupadas", a Constituição Federal está estabelecendo os parâmetros para a demarcação dos territórios indígenas.

O Art 231 da Carta Magna manda proteger a organização social, os costumes, línguas, crenças, tradições e direitos originários sobre terras que tradicionalmente ocupam. Constata-se, portanto, que não existem terras de que sejam proprietários. Seus direitos, dessa forma, limitam-se à superfície e ao solo, não se estendendo ao subsolo. O parágrafo 2º deste mesmo artigo alude expressamente a usufruto: "*As Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo da riqueza do solo, dos rios e dos lagos nela existentes.*"

O parágrafo 3º desse artigo estabelece que, em caso de relevante interesse da União, e havendo aprovação do Congresso Nacional, poderão ser explorados os recursos

4. "São bens da União: XI — As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios."

hídricos, os potenciais energéticos e as riquezas minerais nas terras indígenas.

Não obstante, paralelamente à exploração de qualquer dos recursos existentes em terras indígenas, é garantida a participação dos índios nos resultados da lavra, na forma da lei. Tudo isso está subordinado ao superior interesse público. Tanto assim, que o parágrafo 5º do citado artigo prevê a remoção de grupos indígenas *ad referendum* do Congresso Nacional, em casos de catástrofe ou epidemia que ponham em risco a sua população, ou no interesse da soberania do País.

Afora os direitos assegurados na Constituição brasileira, existem ainda setores no âmbito internacional que defendem o direito de autodeterminação dos povos indígenas. Prova disso é a Declaração Universal dos Direitos dos Índios, que, além de garantir aquele direito, que poderia levar os índios a reivindicar a independência, prevê também, em seu Art 26, que os índios têm o direito de controlar totalmente suas terras e territórios.⁵ Outro artigo, que não agrada ao Governo brasileiro, o de número 32, estabelece que os índios têm o direito de escolher sua própria cidadania. Além disso, segundo o Art 4º, os índios têm o direito de manter e fortalecer suas características políticas, econômicas, sociais e culturais, podendo ter o seu próprio sistema legal.

Constata-se, portanto, pelo que se pôde analisar, que a questão indígena é por demais complexa. O caso dos Ianomâmis é o complicador de maior relevância. Os reflexos advindos desse grave problema constituem, sem dúvida, sérios óbices à Segurança Nacional. Exigem, assim, de todos os seto-

res envolvidos, a máxima atenção na busca de uma forma de eliminar ou atenuar tais óbices a curto prazo, sob pena de comprometimento da própria soberania da Nação.

O GARIMPO ILEGAL E A EVASÃO DE DIVISAS

A atividade de garimpagem na Amazônia remonta à década de 50, no médio Tapajós, onde ainda hoje se localizam centenas de garimpos.

A procura aleatória de ouro, porém, que historicamente se praticava desde o século XVI, deu lugar, em 1970, a um estudo científico da região. Essa operação materializou-se através da criação do Projeto Radar da Amazônia (RADAM). Por intermédio de uma tecnologia avançada, empregando sensores remotos de radar de visada lateral, possibilitou-se o rastreamento de recursos naturais da Amazônia, o que permitiu o cadastro sistemático e ordenado de diversos tipos de minerais.

Na década de 70, com a abertura da Perimetral Norte, novo fluxo migratório acorre à região, em busca de melhores condições de vida.

Em dezembro de 1979, ocorre um verdadeiro *boom* na atividade garimpeira na Amazônia, com a descoberta do veio aurífero de Serra Pelada. Segue-se, então, um efeito multiplicador na abertura de novas frentes garimpeiras, com a conseqüente atração de grande número de pessoas ávidas pela riqueza fácil.

5. Água, ar, costa, flora, fauna e outros recursos.

A corrente migratória em direção à Amazônia resulta em uma população garimpeira desordenada, espalhada pela região, estima-se hoje em torno de 337 mil homens.

Essa ocupação, realizada sem um mínimo de planejamento, efetuiu-se à margem da presença disciplinadora do Estado, o que criaria uma situação com graves conseqüências futuras.

A primeira delas é o impacto ambiental, causado pelo uso indiscriminado do mercúrio, provocando a degradação do meio ambiente. Essa substância, de natureza altamente tóxica, é aspirada diretamente pelo garimpeiro quando de seu manuseio. O restante é lançado sob forma metálica nos rios e igarapés, onde vem a contaminar a água e os peixes normalmente consumidos pelos próprios homens do garimpo e pela população ribeirinha.

Outra conseqüência para o meio ambiente é o desmatamento indiscriminado e a desertificação do solo. Inicialmente, o método utilizado pelo garimpeiro era rudimentar e manual, com mínimos danos à natureza. Hoje, porém, com o advento da tecnologia, é comum o emprego de moto-bombas de alta pressão, que desmoronam as margens e provocam o assoreamento dos rios, além de desmatarem uma área considerável da floresta. O solo da região, ficando sem a cobertura vegetal torna-se estéril, dando origem a grandes extensões de terras desertificadas.

Do impacto da atividade de garimpagem decorrem, ainda, choques culturais e sérios atritos com a população indígena da área. A Região Amazônica possui grandes reservas indígenas que guardam promissoras jazidas de minerais nobres. Esse fato, aliado à inexistência de áreas livres para a mineração, tem provocado a sistemática e continua-

da invasão daqueles territórios pelos garimpeiros.

“A corrente migratória em direção à Amazônia resulta em uma população garimpeira desordenada, espalhada pela região.”

O grande problema emergente na área, portanto, constitui-se no garimpo não credenciado, que, sem o respaldo legal, atua de forma violenta e desorganizada, propiciando efeitos nocivos ao meio ambiente e à cultura indígena.

Protegidos pela Constituição Federal, os silvícolas têm sua preservação física e cultural ameaçada pelas empresas de mineração e pelos garimpeiros. Exemplo recente de tal situação constata-se na Reserva Ianomâmi. Os resultados do Projeto RADAM revelaram a existência de urânio, ouro, diamante e cassiterita em suas terras. Assim, a partir de 1975, começou a invasão da Serra dos Surucucus, onde se concentra a maioria das aldeias e das reservas minerais. Essa invasão chegou a colocar 40 mil garimpeiros dentro daquela reserva e os choques foram inevitáveis.

A atividade de contrabando de ouro é mais uma conseqüência do garimpo. Pelas próprias características da região amazônica, o ouro continua saindo do País com extrema facilidade, em todo tipo de transporte, especialmente o aéreo. Da região o ouro sai ilegalmente para o exterior, principalmente pela dificuldade de fiscalização e de controle de áreas de garimpo espalhadas pela flores-

ta, com o incentivo do preço pago pelo cambista, geralmente superior ao preço oficial.

A presença ténue do Estado na região torna-a permissiva a esse tipo de atividade ilegal, da qual decorrem grandes evasões de divisas, que de outro modo poderiam ser investidas no desenvolvimento da própria região e no enriquecimento do País.

O Departamento Nacional de Produção Mineral divulgou, em 1992, um levantamento de garimpeiros no País, no qual foi feito um perfil sócio-econômico e sanitário dos trabalhadores envolvidos com este tipo de atividade. Embora a pesquisa seja tida como a mais completa já realizada no Brasil, o total estimado de 292 mil garimpeiros pode estar bem longe da realidade. Esse número pode chegar aos 450 mil. Destes, 74,48% estão na Amazônia. A pesquisa também revelou que o nível médio de renda dos garimpeiros naquela região é de 4,8 salários mínimos. Outros números importantes mostram que apenas 7,14% são assalariados, 78,78% já tiveram malária, e somente 3,85% são garimpeiros de tradição.

A atividade garimpeira tem provocado inúmeras violações de fronteiras com países limítrofes, especialmente com a Colômbia e a Venezuela. Incidentes fronteiriços como o ocorrido em fevereiro de 1992 causaram constrangimentos diplomáticos entre Brasil e Venezuela. Naquela ocasião, um avião monomotor particular que conduzia garimpeiros brasileiros para um garimpo clandestino no território venezuelano foi derrubado a tiros pela Guarda Nacional daquele país.

Outro incidente diplomático envolvendo os mesmos países ocorreu em outubro de 1993, quando um grupo de garimpeiros bra-

sileiros invadiu o território venezuelano e massacrou cerca de 16 índios Ianomâmis. O caso teve ampla repercussão internacional e o Brasil, mais uma vez, foi alvo de inúmeras críticas de governos e entidades estrangeiras.

Acrescente-se, também, que o território brasileiro, igualmente, fica à mercê da violação de suas fronteiras, já que na região amazônica não existem acidentes naturais facilmente identificáveis que delimitem seu traçado.

Pressionado pelos bancos internacionais, que exigiam a proteção do meio ambiente para financiar projetos, e também preocupado com a aproximação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO'92, o ex-presidente Fernando Collor, em novembro de 1991, determinou a realização da "Operação Selva Livre". Executada pela Polícia Federal, e com apoio das Forças Armadas, a operação conseguiu retirar cerca de 30 mil garimpeiros da Reserva Ianomâmi e destruir aproximadamente 100 pistas de pouso clandestinas. Porém, as próprias dimensões da reserva e a insuficiência de meios governamentais para uma fiscalização eficiente foram fatores que facilitaram o retorno dos garimpeiros.

O cerco ao garimpo e a perspectiva da crise econômica transformaram o Estado de Roraima em uma área tensa. Ali, o problema que agora é mais visível, e que pode vir a se tornar um óbice à Segurança Nacional, parece ser o de toda a Região Amazônica, ou seja, encontrar um modo de conciliar a preservação da floresta e a proteção aos índios com a exploração de minérios e de outras atividades necessárias ao desenvolvimento da região.

O NARCOTRÁFICO E A GUERRILHA

O problema do tráfico de drogas tem recebido, ultimamente, um tratamento especial no contexto internacional.

Os países desenvolvidos, que são grandes consumidores, têm exercido fortes pressões junto aos países produtores na América Latina,⁶ de forma a reprimir a produção e a exportação de drogas. Essa pressão se faz mais intensa por parte dos Estados Unidos da América que, sendo o maior mercado consumidor de drogas do mundo, têm grande interesse no desmantelamento dos cartéis que regem o tráfico internacional.

Coerente com sua estratégia de impedir a entrada de drogas em seu território, os Estados Unidos firmaram acordos com aqueles países para reprimirem a produção de cocaína, através de ações militares realizadas em conjunto com a *Drug Enforcement Agency* (DEA). Assim, as Forças Armadas do Peru, da Colômbia e da Bolívia têm agido sob a coordenação daquele órgão norte-americano, executando violenta repressão aos narcotraficantes.

Como consequência da repressão nos territórios desses países, que são limítrofes com a Amazônia brasileira, os narcotraficantes têm direcionado o deslocamento de seus interesses para o território brasileiro, única rota não bloqueada que serve de escoamento da droga para a Europa e os Estados Unidos. Esse fato tem gerado forte pressão diplomática, por parte dos EUA, para que o Brasil

também venha a empregar suas Forças Armadas no combate ao tráfico na Região Amazônica. O Governo brasileiro, porém, permanece irredutível em sua decisão de não empregá-las na repressão a esse tipo de atividade ilegal, uma vez que a Constituição Federal não dá essa destinação às Forças Armadas brasileiras, ficando o combate ao tráfico sob a competência da Polícia Federal.

Segundo informações da ONU, Bolívia e Peru produzem a matéria-prima (pasta de coca) e a exportam para a Colômbia, onde tem sido refinada e enviada para os grandes centros consumidores. Nesse país, a cocaína é comercializada através de suas grandes organizações criminosas, os cartéis de Cáli e de Medellin.

A rota do tráfico internacional tem passado pelo Brasil, e dia-a-dia se fortalece mais. O Brasil, ainda segundo a ONU, serve de escoamento para 10% da cocaína produzida na Colômbia. Uma das rotas passa por Manaus e vai até os EUA, enquanto outra passa por Belém, indo até a Holanda, porta de entrada da droga na Europa.

O narcotráfico não se tornaria um fator crítico para a Segurança Nacional, não fossem as recentes associações de narcotraficantes com guerrilheiros desses países limítrofes com a Amazônia brasileira. Essa coligação vem conferir aos primeiros, maior poder político e, aos segundos, maior poder econômico, criando-se, portanto, melhores condições para as atividades ilegais de ambos.

6. Colômbia, Peru e Bolívia.

Na Bolívia, a guerrilha ainda permanece latente, contando com os traficantes de drogas como aliados. Estes fornecem armas em troca da defesa e da guarda de seus centros de processamento.

Em 1980, soldados norte-americanos vieram à Bolívia ajudar na repressão ao narcotráfico, em uma operação conjunta com as forças legais do País.

No Peru, o grupo guerrilheiro "Sendero Luminoso" iniciou suas operações em 1985, realizando ações de comandos, ataques a bomba, seqüestros e assassinatos, principalmente contra prefeitos e juízes.

Também nesse país, o tráfico de cocaína está aliado à guerrilha. Estima-se que entre no país cerca de 1 bilhão de dólares anualmente, como resultado da comercialização da droga. Parte desse dinheiro é usada pelos traficantes para obter a proteção dos guerrilheiros.

Na Colômbia, as "Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia" (FARC) são atualmente o grupo guerrilheiro mais numeroso e organizado. O mais conhecido dos grupos, entretanto, é o "Movimento 19 de Abril" (M-19). Nesse país, é muito estreita a ligação dos guerrilheiros com os traficantes de drogas. De modo similar ao que ocorre nos países vizinhos, os revolucionários conseguem armamento com os traficantes, e estes se valem da segurança proporcionada pelos primeiros. O Exército colombiano combate a ambos; porém, conta apenas 60 mil homens, efetivo insuficiente para fazer frente a cerca de 10 mil guerrilheiros.

Não se sabe quantas pessoas estão envolvidas com o comércio internacional de drogas na Colômbia, mas estima-se que seus ganhos giram em torno de 1,5 bilhão de dólares anuais, valor equivalente à exportação de

café, que é a principal pauta nas exportações do país. Esse poder econômico confere aos cartéis de Medellín e de Cáli quase tanta força quanto a que possui o Estado. Os traficantes a utilizam para eliminar aqueles que se opõem aos seus planos, exercendo uma ação intimidatória com assassinatos e ações terroristas. Somente em 1986, foram mortos 28 juízes que julgaram casos relacionados a drogas.

Usando desses métodos, os narcotraficantes têm conseguido se firmar, estabelecendo uma rede internacional, com bases na Colômbia, Bolívia e Peru. Esse aspecto multinacional é altamente favorável às atividades de seus aliados guerrilheiros, o que tem preocupado os governos desses países, pois existe a possibilidade de criação de uma "área liberada" internacional, onde o poder dominante seria desses criminosos.

Pressionados pelas ações de repressão em seus países, narcotraficantes e guerrilheiros têm sido paulatinamente empurrados para o interior da selva amazônica, chegando algumas vezes a violar as fronteiras com o Brasil. Foi o caso ocorrido em fevereiro de 1991, quando houve um ataque de guerrilheiros da FARC a um Destacamento do 1º Batalhão Especial de Fronteira que guarnecia um posto militar na região da Serra do Traíra, no Amazonas.

Por tudo isso, tendo em vista o grave problema social e político que representam, sem dúvida o narcotráfico e a guerrilha associados constituem, hoje, um sério óbice à Segurança Nacional. Exige-se, portanto, uma redobrada atenção com a inviolabilidade das fronteiras do País na Amazônia, sob pena de se tornarem cada vez mais comuns os casos como o do incidente do Traíra, bem como para se evitar que o Brasil se consagre como rota internacional do tráfico de drogas.

A QUESTÃO ECOLÓGICA

A devastação de florestas tornou-se, nos últimos anos, o desastre ambiental de maior repercussão em todo o mundo, atraindo o interesse de entidades internacionais, governos estrangeiros e, até mesmo, de instituições financeiras para a Amazônia, que possui 33% das áreas cobertas por florestas tropicais ainda existentes no planeta.

Nas últimas décadas, a região passou por um acelerado processo de integração à economia nacional e por profundas transformações em sua organização social. Esse processo, ao mesmo tempo que promoveu um rápido desenvolvimento econômico, trouxe graves conflitos sociais, com a desorganização do espaço regional e a ocorrência de fortes impactos ambientais.

Entre 1970 e 1988, foram canalizados para a região mais de US\$ 10 bilhões em incentivos fiscais e financiamento de programas. Com a execução de inúmeros projetos de desenvolvimento, não se levou em consideração a resultante do impacto ambiental, o que viria proporcionar um quadro desordenado de ocupação e de agressão ao meio ambiente.

Em 1988, desencadeou-se uma polêmica internacional sobre o papel da Amazônia, no tocante ao equilíbrio da biosfera do planeta e, em decorrência disso, aventou-se o direito que outros países e organismos internacionais poderiam exercer, fiscalizando os programas de desenvolvimento do Governo brasileiro na região.

Pressionado por entidades ambientalistas e líderes políticos, o Banco Mundial passou a endurecer suas relações com o Brasil, vinculando a liberação de fundos à proteção do meio ambiente.

O Brasil também vem sendo, sistematicamente, acusado de estar contribuindo para o crescimento de dióxido de carbono na atmosfera e para o conseqüente "efeito estufa". Esse fenômeno corresponde à teoria defendida por alguns cientistas, segundo os quais o globo terrestre estaria sofrendo um processo de aquecimento, conseqüente da emissão excessiva desse gás e de outros, produzidos pela combustão de carvão, gasolina e óleo, em atividades industriais e em veículos automotores.

Uma corrente científica afirma que a temperatura poderia aumentar a tal ponto, que as calotas polares iriam derreter e os mares elevar-se-iam da ordem de 65 centímetros, causando inundações ao longo da costa de todos os continentes, submersão de ilhas e destruição de praias e de mangues litorâneos.

Os maiores emissores de gases do "efeito estufa" são, entretanto, os Estados Unidos da América, os países da ex-União Soviética e os doze países que compõem a Comunidade Econômica Européia. Embora detivessem, em 1988, apenas 11% da população mundial, juntos, esses países consumiram cerca de 43% de toda a energia produzida no mundo, a maior parte dela obtida pela queima de combustíveis fósseis.

A devastação da floresta amazônica, afirma-se, poderá alterar substancialmente o controle climático da Terra, à medida que diminua seu poder de atenuar o "efeito estufa", quando retira, da atmosfera, em torno de 1,2 bilhão de toneladas anuais de gás carbônico, correspondente a mais de 20% do total lançado no mundo. Essa devastação poderá afetar, também, a estabilidade climática nos países do Hemisfério Norte.

Todavia, o Governo brasileiro considera improcedentes as acusações de que as quei-

madras seriam as principais responsáveis pelo lançamento de gás carbônico na atmosfera. O Brasil, com toda a sua produção industrial, contribui com apenas 5% deste total. Os países desenvolvidos seriam, portanto, os grandes responsáveis por esse tipo de poluição.

Outro mito que se rendeu às evidências científicas é o verdadeiro papel desempenhado pelas florestas tropicais na geração de oxigênio. Está cientificamente provado, hoje, que a Amazônia não funciona como o "pulmão do mundo", pois sua vegetação consome praticamente todo o oxigênio que produz. Como a floresta já alcançou o ponto máximo de desenvolvimento, o chamado "clímax", a quase totalidade do oxigênio que é produzido durante o dia é consumida pela própria vegetação à noite. A hileria amazônica caracteriza-se, assim, como sendo um ecossistema que se encontra em equilíbrio.

No mundo, a proporção de oxigênio no ar permanece estável há séculos,⁷ sendo os mares, e não as florestas, os responsáveis por sua produção.

Além das alterações climáticas, existem outras conseqüências ambientais desastrosas produzidas por queimadas, desmatamentos, colonização e exploração desordenada da Amazônia. A extinção maça de espécies de animais e plantas, por exemplo, ameaça a maior reserva genética do mundo, a um ritmo quinhentas vezes maior do que o regulado pela própria natureza.

O comércio de madeiras nobres, que tem sido destinado exclusivamente à exportação, é

outro fator de degradação do meio ambiente, na Amazônia. Combatida por ambientalistas estrangeiros, a extração no Brasil resume-se a apenas 4,7% da produção mundial.

Outro fator de desequilíbrio ambiental a ser considerado é o assoreamento dos rios, provocado por erosões e pela utilização inadequada do solo, e que poderia comprometer, a longo prazo, o volume de águas da região.⁸

A atividade comercial que vem contribuindo com maior impacto para esse desequilíbrio é a da mineração de ouro, pois, além de remover grandes áreas de florestas e de desestruturar o solo, também contamina a água dos rios e igarapés com o mercúrio.

A imprensa internacional, sistematicamente, vem dedicando, nos últimos anos, amplos espaços sobre a situação ecológica no Brasil, muitas vezes em artigos eivados de emocionalismos, visões apocalípticas, dados inverídicos ou não comprovados, e inverdades científicas.

Em 1991, o Brasil aguardou, com ansiedade, os resultados da reunião de cúpula anual do G7, na Inglaterra, durante a qual foi discutida a liberação de um financiamento de US\$ 1,5 bilhão para conservar a floresta amazônica. Prometido na reunião do ano anterior, o financiamento mobilizou setores importantes do Governo brasileiro que, em conjunto com o Banco Mundial, elaborou o Programa-Piloto para a Preservação das Florestas Tropicais do Brasil. No entanto, embora a comunidade internacional reconheça algumas mudanças significativas na política ambiental

brasileira, três aspectos contribuíram para a frustração do movimento ecológico nacional, com a liberação de apenas US\$ 50 milhões para a implantação do projeto: falta de capacidade institucional, legislação contraditória e política fundiária desfavorável. Existia a possibilidade de que o financiamento fosse liberado durante a negociação de um Tratado Global sobre Florestas, que seria discutido na ECO'92, o que, efetivamente, acabou não acontecendo.

A crescente preocupação ambiental está levando inúmeros pesquisadores para a Amazônia, atualmente estudada por satélites, equipes científicas internacionais e ecologistas ligados ao Governo federal.

O satélite *Noaa-9*, um observatório eletrônico norte-americano que, periodicamente, fotografa a região, informou que o número de queimadas ocorridas na Amazônia em 1992 foi 25% menor que as ocorridas no ano anterior, seguindo uma tendência já iniciada em 1990. Também o desmatamento diminuiu, tendo o ritmo caído em 50% em quase todos os pontos da região. Esse novo cenário foi atribuído à criação de muitas punindo os depredadores do meio ambiente e a fiscalização exercida em conjunto pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), pelos governos estaduais e pela Força Aérea Brasileira. Uma análise mais cética, no entanto, admite que essa diminuição esteja relacionada à recessão econômica que se instalou no País ao longo dos anos, diminuindo as atividades em geral, inclusive na Amazônia.

Em 1992, o Rio de Janeiro foi sede da maior conferência internacional de todos os tempos, a Conferência das Nações Unidas

sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO'92) contando com a presença de 103 chefes de Estado ou de Governo. Como resultados práticos, a ECO'92 apresentou, no seu encerramento, um conjunto de documentos relativos à questão ambiental, entre os quais se destacaram a "Agenda 21", um projeto mundial para o desenvolvimento sustentado,⁹ e a "Declaração do Rio", estabelecendo os direitos e as responsabilidades das nações para atingir esse desenvolvimento, além de vários tratados sobre temas específicos. Milhares de pessoas participaram das discussões em torno desses documentos, cuja redação final, como era previsível, foi criticada por muitos. O maior eixo de divergências se deu entre o grupo "G7" e o "G77", grupo dos países pobres, que defendiam posições antagônicas quanto a questões específicas, tais como as do aquecimento global, do desmatamento, do uso das fontes de energia não-renováveis e da destruição da camada de ozônio.

Felizmente, durante a Conferência, não foram discutidas propostas para internacionalizar a Região Amazônica, nem tampouco a tese da soberania compartilhada. No entanto, mesmo que o Brasil possua hoje certo reconhecimento da comunidade internacional quanto à responsabilidade no trato da questão ambiental, e após ter desenvolvido uma política séria para o setor, ainda persistem, latentes, os riscos de aquelas propostas voltarem à tona na pauta das discussões dos países desenvolvidos. Assim, no plano externo, aumentarão as pressões no sentido da preservação ambiental, em especial a da floresta amazônica, que as nações desenvolvi-

9. Crescimento econômico compatível com a preservação ambiental.

das pretendem considerar como "patrimônio da humanidade", condicionando financiamentos e ajudas às políticas conservacionistas por elas estabelecidas.

A difícil conciliação entre a necessidade indiscutível de proteger o meio ambiente e a inadiável necessidade de promover o desenvolvimento é um dos desafios postos diante do Brasil, e esse desafio certamente criará novos obstáculos no seu relacionamento com os países do chamado Primeiro Mundo, o que poderá constituir sérios óbices à Segurança Nacional, caso persistam as pressões externas como forma de ingerência na Região Amazônica.

O PROJETO CALHA NORTE

O Projeto Calha Norte, criado pelo Governo Federal em 1985, teve por propósito desenvolver a porção da Amazônia situada ao norte das calhas dos Rios Solimões e Amazonas, com uma superfície de 1,2 milhão km² de terras que se distribuem pelos Estados do Amazonas, Pará, Roraima e Amapá, numa faixa de 160 km ao longo da fronteira.

Abrangendo uma área que equivale a 14% do território nacional e a 41% de suas fronteiras, o Projeto foi criado para beneficiar uma região de difícil acesso, que abriga apenas 1,2% da população brasileira e que é carente de recursos sócio-econômicos. São 6.500km de fronteiras com a Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, estendendo-se de Tabatinga (AM) até Oiapoque (AP).

Na área do Calha Norte, onde vivem 1,6 milhão de pessoas, estão concentradas as mais importantes reservas minerais do País. Além de ocupar a referida área, o Projeto visa, tam-

bém, a combater o narcotráfico e a evasão de divisas através do contrabando de ouro e pedras preciosas.

A região, coberta em sua maior parte pela floresta amazônica, historicamente foi hostil à presença e à fixação do homem.

Lá existem fatores complicadores que não ocorreram em outras épocas e em outras regiões brasileiras. Além dessa ocupação, que está acontecendo às vésperas do Terceiro Milênio, quando os estímulos materiais decorrentes da evolução tecnológica tendem a fixar o homem nas proximidades dos centros desenvolvidos, devem ser ressaltados os aspectos intrínsecos da área de toda a bacia. Entre esses complicadores destacam-se: o imenso espaço geográfico da chamada Amazônia Legal, envolvendo cerca de 60% do território nacional; a precária rede viária, predominantemente fluvial; a pequena e rarefeita população; as dificuldades enfrentadas pelos Governos federal e estaduais para se fazerem presentes na área; a existência de índios de diferentes tribos, que desconhecem limites fronteiriços entre países; a presença de garimpeiros que, atraídos pelo ouro à flor da terra, atuam em diversas áreas sem alvarás de autorização e sem respeitar os limites de fronteiras; a ação de missões religiosas, nem sempre voltadas para as suas funções precípuas; a grande distância entre os marcos fronteiriços; a existência de grupos de guerrilheiros organizados e de poderosos cartéis de narcotraficantes em alguns países vizinhos; a ação predatória de garimpeiros de várias nacionalidades; a atuação de grupos multinacionais sob vários pretextos, tais como ecologia, defesa dos povos indígenas e internacionalização da floresta; e as dificuldades que têm os Governos dos países da região em projetarem seus poderes nas áreas limítrofes.

Quanto à economia, a região é primária e rudimentar, baseando-se no extrativismo e na agricultura de subsistência.

Existem apenas três pólos de desenvolvimento, sendo Manaus (AM) o mais expressivo, seguido de Macapá (AP) e de Boa Vista (RR). O distanciamento dos centros de poder, acentuado pelas calhas dos Rios Amazonas e Solimões, tende a dissociar a região do restante do território brasileiro. Por outro lado, ao norte da área existe uma continuidade territorial que, se induz a uma aproximação natural e desejável com os países ali situados, por outro lado permite o fácil acesso aos agentes do comércio e das atividades ilegais.

A abrangência do Projeto Calha Norte evidencia-se nas variadas metas e na ação conjunta e coordenada de diversos órgãos do Governo federal.

Dentre as necessidades identificadas para a região, citam-se:

- a intensificação de relações bilaterais e o estreitamento dos laços com os países da área para a solução de problemas comuns, na busca do aprimoramento das relações comerciais, com significativos reflexos na melhoria das condições de vida das populações da faixa de fronteira;

- o aumento da presença brasileira na área, pela ação pioneira das Forças Armadas;

- a proteção e a assistência às populações indígenas da região, mediante trabalho específico da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), resguardando sua cultura, delimitando e garantindo suas terras;

- a intensificação de campanhas demarcatórias para a definição geral das fronteiras, por meio de uma melhor manutenção e maior adensamento dos marcos limítrofes;

- a criação de pólos de desenvolvimento, permitindo reduzir a carência de recursos, intensificando a ocupação da área, melhorando a infra-estrutura social básica e disciplinando a exploração florestal e mineral.

O Calha Norte, de concepção interministerial, erradamente tem sido acusado de ser um programa puramente militar. A verdade é que a estrutura das Forças Armadas, já de há muito presente na área, possibilitou uma pronta resposta às solicitações em sua esfera de atuação, o que não ocorreu com os outros setores governamentais.

A ausência desses setores na implantação do Projeto deveu-se a inúmeros fatores, sendo os principais a falta de estrutura logística, a insuficiência de recursos orçamentários para a sua efetiva implantação e, principalmente, a falta de vontade política do Governo federal. O Projeto, entretanto, vem sendo cumprido pelas três Forças Singulares, mesmo com extremas limitações de verbas.

O Exército, na área em questão, vem implementando obras de melhoria em organizações militares existentes e criando novas guarnições.

Na área de fronteira, foram selecionados seis trechos preferenciais para implantação do Projeto, dando-se maior prioridade aos quatro primeiros:

- trecho caracterizado pela presença dos índios Ianomâmis, no noroeste de Roraima e ao norte do Estado do Amazonas, na fronteira com a Venezuela;

- trecho do Alto Rio Negro, a noroeste do Estado do Amazonas, fronteira com a Venezuela e a Colômbia;

- trecho norte e leste de Roraima, fronteira com a Venezuela e com a Guiana;

- trecho do Alto Solimões e Alto Trafra, no Estado do Amazonas, fronteira com a Colômbia;

• trecho do Tumucumaque, no norte do Estado do Pará, fronteira com o Suriname;

• trecho norte do Estado do Amapá onde se situam as localidades de Macapá, Oiapoque e Clevelândia do Norte, fronteira com a Guiana Francesa.

As outras forças, Marinha e Aeronáutica, também se estruturaram para atender às imposições do Calha Norte.

A Marinha de Guerra reforçou sua Flotilha do Amazonas, com a construção de novos navios de patrulha fluvial, e incrementou o levantamento hidrográfico e a sinalização náutica das bacias dos rios da região. Realizou, ainda, o levantamento de toda a calha principal da Bacia Amazônica e suas ligações com o Oceano Atlântico, permitindo, com isso, que se conheça hoje o potencial de utilização das principais hidroviárias.

A Força Aérea Brasileira (FAB) também é atuante na região, transportando cargas, pessoal e artigos de subsistência, procedendo a evacuação aeromédica e exercendo outras atividades essenciais àquela população desassistida. Desenvolve, além disso, a melhoria da infra-estrutura de transporte aéreo, com a construção de pistas e aeroportos e com a ampliação e a remodelagem do sistema já existente. Dessa forma, a FAB almeja exercer maior controle do tráfego aéreo e otimizar o atendimento do transporte aéreo na faixa de fronteira.

Vê-se, portanto, que o Projeto Calha Norte foi criado para atender às necessidades fundamentais e imediatas da região por ele abrangida, através de um conjunto de projetos especiais que visam a promover seu desenvolvimento sócio-econômico e sua integração ao resto do País.

Os objetivos de cada projeto especial, aliados à estratégia da ação governamental para a sua execução, revelam a importância

desse empreendimento para a Amazônia e, conseqüentemente, para a Segurança Nacional, porquanto buscam incrementar o desenvolvimento naquela região, paralelamente à conquista e à manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes.

Infelizmente, o Projeto Calha Norte, hoje o único instrumento de ocupação e vigilância da fronteira setentrional, a cada ano recebe menos recursos, chegando quase à insolvência.

Não obstante os óbices que se antepõem à consecução dos objetivos propostos, certamente o Projeto Calha Norte é a orientação segura para que a presença do Estado se faça sentir em toda aquela área e para que se promova a verdadeira integração deste imenso patrimônio, que é a Amazônia, ao restante do território nacional.

OS PROJETOS DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA (SIPAM) E DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA (SIVAM)

O Governo federal, a fim de promover a integração e a coordenação das ações governamentais e, ainda, de forma a assegurar a implementação das políticas e estratégias concebidas para a Amazônia, resolveu, recentemente, criar o Sistema de Proteção da Amazônia, SIPAM.

O SIPAM envolverá dezessete ministérios e será coordenado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos. Suas áreas de atuação serão: a proteção ambiental, o controle da ocupação e uso do solo, a vigilância e o controle das fronteiras, o combate a atividades ilícitas, a prevenção e o controle de endemias

e epidemias, a proteção de terras indígenas, a vigilância e o controle do tráfego aéreo, e o apoio à navegação fluvial.

“O SIVAM será um empreendimento predominantemente militar, elaborado pelo Ministério da Aeronáutica, e visará a atender a uma necessidade permanente do País, que é a defesa de seu território.”

O Projeto terá, como metas estratégicas: potencializar os esforços dos diversos órgãos setoriais do Governo, através da ação cooperativa e solidária, respeitando-se a competência institucional de cada setor; maximizar a utilização dos conhecimentos sobre a Amazônia; facilitar o planejamento e a coordenação de ações; viabilizar as diretrizes políticas estabelecidas para a proteção da Amazônia; evitar o desperdício e a sobreposição de tarefas; otimizar a aplicação de recursos orçamentários; reduzir o tempo despendido entre a ocorrência de fatos, o seu conhecimento, a elaboração de decisões e a execução de ações recomendadas; agilizar o processo decisório; e tornar efetiva a ação do Governo federal na região.

Concebido em 1990, o Sistema de Vigilância da Amazônia, SIVAM, viabilizará o SIPAM, sendo elemento essencial para que os trabalhos de todos os ministérios integrantes daquele sistema possam ser efetivados, através da vigilância aérea e das telecomunicações. Ele proporcionará, assim, a infra-estrutura necessária em meios técnicos capazes de viabilizar os conhecimentos essenciais

às atividades do SIPAM. Compreenderá os subsistemas de aquisição de dados, tratamento e visualização de dados e imagens, e de comunicações.

O SIVAM será um sistema a combinar radares e rede de telecomunicações ao longo de 6.771 km de fronteiras, entre Tabatinga (AM) e Oiapoque (AP). A instalação prevista de radares em dezessete pontos da região amazônica e de uma rede de telecomunicações está orçada em cerca de US\$ 800 milhões, devendo levar de cinco a oito anos para ser completamente implantada.

Além do controle do espaço aéreo, os sensores poderão monitorar transmissões clandestinas de rádio, entre outras possibilidades. Serão usados satélites, radares fixos, radares móveis e aeronaves com sensores.

O SIVAM será um empreendimento predominantemente militar, elaborado pelo Ministério da Aeronáutica, e visará a atender a uma necessidade permanente do País, que é a defesa de seu território. Exigindo especialização na execução das diversas atividades a ele inerentes, torna-se lógico que o empreendimento seja militar, mas não militarizado. Dele virá a ocupação pioneira das fronteiras e também a ocupação humana com que se efetiva a soberania. Dele nascerá, também, a integração daquelas partes remotas do território nacional, até hoje somente integradas no contínuo exibido nos mapas.

Em 1992, o Presidente da República aprovou a proposta da Secretaria de Assuntos Estratégicos para que as compras dos radares e demais equipamentos necessários à implantação do SIVAM fossem feitas sem a realização de licitação pública. Tendo em vista o resguardo necessário que se precisa tomar quanto à segurança técnica do material, tomou-se por base a Lei 8.666, que permite a

dispensa de licitação ante casos de possibilidade de comprometimento da Segurança Nacional.

Com uma ação integrada entre as Forças Armadas, as Polícias federal e estaduais, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a Receita Federal, o SIVAM irá proporcionar o incremento à fiscalização do meio ambiente na região amazônica e às atividades governamentais de repressão ao tráfico de drogas e ao contrabando.

Executando ações de vigilância, o SIVAM proporcionará, entre outras atividades, a monitoração de comunicações clandestinas, o controle das fronteiras, a localização de rotas do narcotráfico, o levantamento de rotas de contrabando, a localização de pistas de pouso clandestinas, a localização de garimpos irregulares, a localização de plantio de substâncias entorpecentes e as facilidades de radiolocalização.

Quanto ao controle de tráfego aéreo e de superfície, o SIVAM proporcionará, também, o apoio à navegação aérea, o controle do espaço aéreo, a monitoração de embarcações, o apoio à navegação fluvial e as facilidades de radiolocalização.

Pelo que podemos observar, as propostas aprovadas pelo Conselho de Defesa Nacional para a efetivação do SIPAM e do SIVAM só vêm reforçar as necessidades de defesa e preservação da Amazônia, o que se almejava originariamente com o Projeto Calha Norte. Mais abrangente que este, aqueles Projetos, se realmente efetivados pelo Governo federal, possibilitarão a presença do Estado brasileiro lá onde deveria estar sempre presente.

CONCLUSÃO

Vários fatos permitem constatar que a Amazônia sempre atraiu a atenção de outros países. Exemplos desse interesse remontam ao século passado, quando se formulou a campanha pela livre navegação na Bacia Amazônica, e a este século, com o Projeto dos Grandes Lagos Amazônicos, apresentado pelo Instituto Hudson, na década de 60. Atualmente, teses científicas relacionam fenômenos da região ao "efeito estufa", à manutenção do regime hídrico mundial e à conservação da diversidade biológica, evidenciando a preocupação da comunidade científica internacional com a conservação do ecossistema da região.

Ao lado do natural interesse despertado por seus imensos recursos naturais, de inestimável valor econômico e científico, percebe-se a existência de movimentos internacionais com flagrante intenção de interferir nos destinos e soluções que se devem dar à Amazônia, escudando-se, invariavelmente, em argumentos de defesa da ecologia e dos grupos indígenas.

A atuação das Organizações Não-Governamentais (ONG) científicas, idealistas ou ideológicas, merece destaque, considerando-se que vários países instrumentam tais entidades para secundar suas atividades diplomáticas, usando-as em favor de seus interesses.

Tais entidades supranacionais, arrogando-se defensoras dos interesses indigenistas e do meio ambiente, usufruem de amplo espaço e apoio de órgãos das mídias nacional e internacional. Utilizando-se de ótica própria, destacam apenas as conseqüências negativas da exploração das riquezas naturais da Amazônia e os conflitos decorrentes do contato

entre o homem civilizado e as comunidades indígenas

Dentro desse contexto, a utilização de inverdades científicas, de mistificação da Amazônia e de manipulação tendenciosa de fatos, intensifica a polêmica internacional sobre o papel que a região desempenharia para o equilíbrio do ecossistema mundial.

O Brasil, por deter a maior parcela da floresta amazônica, tem sido o alvo principal das críticas e pressões internacionais para a sua preservação. Essas críticas têm procurado ressaltar, inclusive, uma pretensa incapacidade brasileira na solução dos problemas ligados à proteção do meio ambiente na região.

A questão ambiental associa-se à questão indígena que, de igual modo, vem sendo tratada com sensacionalismo há vários anos nas imprensas nacional e estrangeira, sendo as autoridades brasileiras acusadas de omissão em relação ao "genocídio" dos índios que habitam algumas regiões da selva amazônica.

A questão indígena, particularmente a dos índios lanomâmis, talvez constitua, hoje, o mais sério óbice à Segurança Nacional.

A problemática desses índios ilustra a dimensão da questão. Na região onde vivem, existem os mesmos problemas normalmente presentes em outras áreas, ou seja, grupos indígenas em processos de extinção, igreja, garimpeiros, missionários, interesses políticos e econômicos, atuação de grupos ambientalistas e de proteção aos índios, além de pretensões internacionais ainda não muito claras. A proposta de criação de uma Nação lanomâmi na fronteira do Brasil com a Venezuela, feita por entidades estrangeiras durante os trabalhos da Constituinte, em 1988, encontra alguma similaridade, nos dias

de hoje, com a proposta de criar-se uma zona de proteção à minoria curda, no Norte do Iraque, e colocada em execução, mesmo sem a prévia aquiescência da Organização das Nações Unidas.

O exagero da dimensão atribuída à reserva dos lanomâmis, longe de preservá-los, irá, certamente, prejudicá-los, pois o principal argumento que fundamentou destinar para cada indígena algo entre 7 a 10 km² é equivocado, não possuindo base científica.

A questão indígena, na verdade, envolve seriamente a soberania nacional, a partir de uma possível proposta de internacionalização de parte da Região Amazônica, ou na concessão de "independência" das chamadas "nações indígenas", sob a tutela de alguma organização internacional.

A campanha de descrédito do Brasil no tocante à preservação ambiental na Amazônia, orquestrada por entidades preservacionistas internacionais, trouxe, como consequência, uma imagem bastante negativa do País no exterior, que tem interferido até mesmo nos projetos de desenvolvimento e integração regionais.

Com base na "Nova Ordem Mundial" surgida após a derrota do comunismo e evidenciada na Guerra do Golfo, constata-se que há uma tendência de implantação de uma política internacional que atenda, preponderantemente, aos interesses dos países industrializados, em detrimento dos países em desenvolvimento. Soma-se a isto, também, o fato de que a tônica dos anos 90 será caracterizada internacionalmente pela defesa dos interesses de minorias raciais e culturais. Exemplo atual é a fragmentação da ex-Iugoslávia e de outros países bálticos.

Na nova divisão do poder mundial, percebe-se que as nações industrializadas do

Hemisfério Norte pretendem deter o monopólio do progresso, mantendo os países em desenvolvimento como simples fornecedores de matérias-primas e de mão-de-obra barata e desqualificada. A proteção do meio ambiente, associada às questões das dívidas externa e da transferência de tecnologia de ponta, vem sendo usada para retardar ascensão de outros países, potencialmente capazes de se tornarem concorrentes no cenário internacional do início do próximo século.

Justifica-se, assim, questionar a noção de que os recursos naturais se constituam em patrimônio da humanidade. Seria irreal supor que certos recursos pertençam à humanidade em seu conjunto, quando de fato eles estão localizados em jurisdições nacionais. Se fosse certo que eles deveriam ser compartilhados em uma espécie de "fundo mundial", não seria menos correto supor que os poderes econômico, político e tecnológico também deveriam ser compartilhados por todas as nações. Como os países industrializados não parecem dispostos a aceitar essa última concepção, tampouco os países em desenvolvimento se dispõem a renunciar às decisões sobre o uso de seus recursos naturais.

O grande desafio a ser vencido, desta maneira, é o de buscar novas formas de cooperação, que sem desconhecer a assimetria atual entre o Norte e o Sul, permitam o surgimento de uma nova ordem internacional, em que os interesses nacionais contribuam para o fortalecimento dos interesses mundiais, em perfeita sintonia com o direito soberano de cada país.

O Brasil deve, portanto, reafirmar à comunidade internacional o progresso obtido no trato da questão ambiental no País, nos últimos anos, retirando de experiências passadas as lições necessárias para enfrentar o desafio do desenvolvimento sustentável.

A mobilização gerada pela discussão dos temas ecológicos demonstra o amadurecimento da consciência brasileira diante da necessidade de conciliar desenvolvimento com harmônica convivência com a Natureza.

Não se trata, assim, de pensar a Região Amazônica como área intocada, mas de identificar formas de uso, que ao mesmo tempo valorizem os recursos naturais, incentivem sua conservação e gerem riquezas.

No plano internacional, as pressões insinuam uma ingerência externa no tratamento dos problemas ambientais da Amazônia brasileira, sugerindo que o Brasil abra mão de "parte" de sua soberania e avalize a criação de uma entidade supranacional para zelar pela conservação ambiental da região.

Por outro lado, as manifestações, implícitas e explícitas, sobre uma possível ingerência externa na Região Amazônica podem ser explicadas, também, pelo clima emocional gerado entre os habitantes dos países mais desenvolvidos. Estes estariam sendo preparados, lenta e progressivamente, para aceitarem e apoiarem uma política internacional para a região, para a "garantia dos direitos da comunidade internacional", o que viria a chocar-se frontalmente com os interesses e a soberania do Brasil.

As nações que orquestram essa verdadeira "guerra ecológica" contra o Brasil parecem querer desviar a atenção da opinião pública mundial do fato que elas são, na realidade, as responsáveis pelos maiores índices de população e degradação ambiental conhecidos, frutos do progresso e do desenvolvimento industrial que conseguiram, inclusive, com a exaustão de muitos de seus recursos naturais.

Com a evolução da tecnologia e o emprego de satélites artificiais para levantamen-

tos mais precisos, os estrangeiros passaram a conhecer a Amazônia muito melhor do que os próprios brasileiros. Hoje, seguramente, devem possuir o perfil mineralógico dessa região em detalhes, com plena ciência de que a grande maioria dos minérios da chamada "terceira geração", que serão utilizados maciçamente no Terceiro Milênio, estão na Amazônia.

Diante do crescente interesse demonstrado pelas grandes potências com objetivos lesivos à soberania e aos anseios do Brasil, urge despertar a consciência da sociedade para a gravidade do problema, por meio de uma campanha de esclarecimento da opinião pública sobre a questão amazônica e da renovação dos valores racionais.

A vulnerabilidade das fronteiras na região, recentemente demonstrada no episódio do Trafra, o vazio demográfico ali existente e a cobiça internacional sobre suas riquezas minerais, em particular, indicam a necessidade de se promover a rápida integração da Amazônia, social e economicamente, ao restante do País.

Medidas que visem a reduzir ou a corrigir distorções prejudiciais às populações que ali vivem precisam ser efetivadas.

O fortalecimento e a ampliação do Projeto Calha Norte, assim como de outras medidas que promovam o desenvolvimento sócio-econômico da região, favorecerão certamente a sua ocupação racional e a exploração ordenada dos recursos naturais existentes.

A implantação dos Projetos SIPAM e SIVAM permitirá a realização de ações que redundem em benefícios para o desenvolvi-

mento e colonização da região, em especial àquelas que se destinam à vivificação da linha de fronteiras. Tais medidas proporcionarão, em âmbito regional, a elevação da qualidade de vida e a geração de riquezas, com o conseqüente abrandamento de tensões sociais e o controle de atividades marginais que lesam o País.

As Forças Armadas, pela característica de se fazerem presentes em todos os quadrantes do território nacional, deverão contribuir para a ocupação da faixa de fronteira e para o desenvolvimento da área. Essa contribuição transcende a simples segurança territorial e deverá se estender ao apoio logístico aos órgãos federais e estaduais, particularmente nos setores de saúde, transporte e telecomunicações.

Ao Exército Brasileiro, pela sua própria destinação constitucional, cabe a missão indeclinável de garantir a preservação e a integridade da região, decorrente do espírito histórico que norteou a ocupação da Amazônia. Porém, torna-se imprescindível que o Poder Militar seja dotado de meios que assegurem as condições para o desenvolvimento da área e que disponha de capacidade de dissuasão para prevenir atos lesivos à soberania brasileira.

A adoção destas e de outras ações pelas autoridades competentes criará condições para que sejam repelidas com firmeza as pressões internacionais focalizadas na Amazônia, contribuindo, ainda, para preservar a soberania nacional na região e resguardar seus imensos recursos naturais única e exclusivamente para as futuras gerações de brasileiros. □